

“Rumo à abertura”: um debate historiográfico sobre a transição política (1974-88)

Toward Abertura”: a historiographic debate about the political transition (1974-1988)

Ana Clara Cavalcanti

Graduanda em História

Universidade Federal Fluminense (UFF)

anaclarabarbosa@id.uff.br

Angélica Müller

Doutora em História Social

Universidade de São Paulo (USP / Université Panthéon Sorbonne)

angelicamuller@id.uff.br

Recebido: 21/08/2024

Aprovado: 23/04/2025

Resumo: Este artigo pretende analisar as recentes interpretações historiográficas sobre o momento da transição política da ditadura militar brasileira à Nova República (1974-1988). Várias análises já priorizaram sistematizar os estudos sobre o golpe e o início da ditadura, mas o mesmo não ocorreu quanto ao processo oposto, de abertura e redemocratização. Metodologicamente, pretendeu-se realizar uma revisão bibliográfica, buscando uma compreensão ampla do campo de pesquisa a partir sobretudo de fontes secundárias. Concluiu-se que, mesmo que as obras analisadas seja trabalhos de grande relevância acerca do regime militar, ainda falta um trabalho de maior fôlego para pensar o período com mais densidade, com uma forte base em pesquisa empírica.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Historiografia; Abertura política.

Abstract: This article seeks to analyze the moment of political transition from Brazil's military dictatorship to the New Republic (1974-1988). Several analyzes have already prioritized systematizing studies on the *coup d'État* and the beginning of the regime, but the same did not happen with the opposite process, of opening and redemocratization. Methodologically, we carried out a literature review seeking a broad understanding of the field of research based mainly on secondary sources. We concluded that, although the studies analyzed are works of great relevance regarding the military regime, there is a need for more extensive work regarding the period more thoroughly, with a strong empirical basis.

Keywords: Military dictatorship; Historiography; Political opening.

Introdução

Efemérides são momentos importantes para comemorações e balanços, por vezes utilizadas na construção de projetos com vistas à criação de uma memória ou uma identidade nacional. Em 2024, completa-se 60 anos do golpe civil-militar¹, na esteira e em oposição ao decênio anterior - na comemoração dos 50 anos – momento em que a sociedade brasileira se habituou a escutar e ler cotidianamente sobre o tema pelos meios de comunicação que amplamente divulgaram o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e, portanto, do nosso passado ditatorial.

Nestes últimos dez anos, o curso da história do tempo presente brasileiro mudou bastante e a historiografia sobre a ditadura militar não apenas se ampliou como foi possível confirmar tanto a consolidação dos estudos sobre o assunto quanto também sua amplitude temporal e diversificação temática. Várias análises já priorizaram sistematizar os estudos sobre o golpe e o início da ditadura, apresentando as distintas interpretações e os debates acerca da instauração do regime militar.² No entanto, o mesmo não ocorreu quanto ao processo oposto, de abertura e redemocratização.

Ainda que o momento tenha recebido menos atenção do que o golpe, há, efetivamente, alguns trabalhos de referência quanto ao processo, muitos escritos por jornalistas e cientistas políticos, e não por historiadores. Dentre eles, destacamos o livro *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* (Alves, 1985), da cientista política Maria Helena Moreira Alves, de 1984, e o livro *Os militares da abertura à Nova República* do também cientista político Alfred Stepan, de 1987 (Stepan, 1987). Já no campo historiográfico, vale citar o trabalho do brasilianista Thomas Skidmore, *Brasil: de Castelo a Tancredo*, publicado em 1988 (Skidmore, 1990).

Estas são obras germinais nos estudos sobre a “lenta, gradativa e segura distensão”, como chamada por Geisel. Ainda que o general e ex-presidente não se refira ao processo como “abertura”, Alves, Stepan e Skidmore utilizam o termo nos títulos de seus capítulos sobre o assunto. Alves trata o governo Geisel e boa parte do de Figueiredo como uma Terceira Fase da Institucionalização do regime (1974-1983), referindo-se ao primeiro como “descompressão” e ao segundo como “abertura”, como explícito no capítulo chamado *O período de abertura e o movimento popular: um desafio para o Estado de Segurança Nacional (1978-1984)*. Para Stepan, há um período de “distensão”, advindo das próprias

¹ Nomeia-se aqui o golpe de “civil-militar” devido à participação de membros da sociedade civil na organização e implementação do golpe que derrubou o governo de João Goulart. Vale destacar que, aqui, utiliza-se o termo “civil” para destacar o caráter de classe do golpe, apontando o envolvimento de empresários (e políticos ligados aos interesses empresariais) no processo

² Destacamos três trabalhos: Delgado, 2004; Fico, 2004; Napolitano, 2011.

contradições do aparelho estatal para, posteriormente, chegar na “abertura”, quando, nas eleições de 1982, os militares apoiaram mudanças de “liberalização”, embora a doutrina e a prática estivessem longe de “aceitar a democratização” (Stepan, 1987, p.19). Já Skidmore intitula um de seus capítulos como *Geisel: rumo à Abertura*. Portanto, inserem-se nos debates quanto à nomenclatura acerca do período e desenvolvem, em suas obras, análises importantes sobre esse momento da história brasileira, abrindo caminho para um novo campo de pesquisas historiográficas que resta, ainda, relativamente pouco explorado, se comparado ao período anterior.

Este ensaio historiográfico se propõe a analisar as recentes interpretações sobre o momento da transição/descompressão/distensão e a abertura política. Um processo longo e marcado por disputas, pressões e negociações. Para tanto, várias questões vêm sendo suscitadas: Como pode ser entendido a proposta do governo Geisel no que diz respeito a uma “distensão” do regime? Qual foi o papel exercido pelas organizações de oposição e resistência ao regime? O governo foi capaz de implementar seu projeto de transição à democracia da maneira desejada ou não? Quais eram suas prioridades e seus medos? Quais foram os atores mais decisivos para o processo? Quais as rupturas e continuidades entre a ditadura e a democracia da Nova República? Essas e muitas outras perguntas foram formuladas pela historiografia brasileira que estuda o período, para as quais encontraram diferentes respostas, algumas mais consensuais do que outras.

Assim como os demais acontecimentos ligados à ditadura, o processo de abertura política tem sido alvo – ainda que menos do que o golpe e o começo do regime - de debates historiográficos. Nesse sentido, este texto tem como objetivo apresentar e colocar em perspectiva algumas das principais linhas interpretativas sobre esse período, que, nos últimos dez anos, mereceu destaque nos estudos de reconhecidos historiadores do tema, a saber: os trabalhos de Marcos Napolitano, Rodrigo Motta, Carlos Fico, Daniel Aarão Reis e Renato Lemos, por meio dos seus livros e artigos variados.

Inicialmente mostramos, por meio dos discursos presidenciais de Ernesto Geisel, como o presidente, ao longo de 1974, apresentou a ideia de “lenta, gradativa e segura distensão” que pautam todas as discussões sobre o período. Em seguida, buscamos sistematizar os principais argumentos de cada um dos autores, dividindo em blocos que acompanham os mandatos presidenciais de Geisel e Figueiredo, até a promulgação da Constituição de 1988. Quando necessário, fizemos subdivisões dos períodos para melhor mostrar o argumento dos autores. Por fim, apresentamos algumas conclusões quanto ao período estudado e as possibilidades de construção de uma agenda de estudos do período.

A posse e as promessas de Geisel em 1974: o começo do fim?

Em 15 de janeiro de 1974, poucos meses antes de se completar uma década do golpe que tirou João Goulart do poder e instaurou uma ditadura no Brasil, houve a eleição indireta do General Ernesto Beckmann Geisel para a Presidência da República. Neste dia, o presidente eleito pelo Colégio Eleitoral proferiu, pela televisão, um pronunciamento à Nação que, entre outras promessas se comprometeu a zelar pela sociedade brasileira: “Exemplar e pronta contenção de qualquer veleidade subversiva ou de qualquer ato de corrupção que venha ao conhecimento do Governo, resguardará - assim o creio - o ambiente de tranquilidade, de estabilidade social e de ordem pública...” (Brasil, 1974a) O quarto presidente do regime militar não era nenhum democrata. Durante seu mandato (1974-1979), a ditadura censurou 47 filmes, 117 espetáculos de teatro e 840 canções, assassinou ao menos 42 pessoas e foi responsabilizada por mais de mil casos de tortura (Simon, 2021, p. 278). Concomitantemente, no entanto, por parte de uma memória liberal construída acerca do general, Geisel é reconhecido como o artífice da abertura política do regime, que levou à redemocratização.

Ainda que a “decisão” do Colégio Eleitoral que determinou sua vitória tenha ocorrido apenas em janeiro de 1974, Geisel já havia sido anunciado como candidato (leia-se, futuro presidente) em 18 de junho de 1973, contra Ulysses Guimarães, candidato do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido da chamada oposição consentida. Geisel já havia sido presidente da Petrobras, ministro do Superior Tribunal Militar (STM) e ministro-chefe do Gabinete Militar. Em sua primeira reunião ministerial como presidente, em 19 de março de 1974, pronunciou um discurso que pode ser entendido como um dos marcos iniciais da abertura política:

Quanto ao setor político interno, envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64 (Brasil, 1974b)

No segundo semestre, no quadro das eleições que estavam por vir e imaginando uma vitória do seu partido - como indicava os relatórios do Serviço Nacional de Informações (SNI) até aquele momento -, Geisel discursou aos dirigentes do Aliança Renovadora Nacional (ARENA) afirmando que o governo acolhia com interesse as discussões sobre a “problemática política brasileira, que venham fornecer fundamentos e substância à tarefa renovadora que se deve realizar, da institucionalização objetiva e realista do ideário da Revolução de 64, em que se traduzem antigos e renovados anseios do povo brasileiro”. Reafirmou a disposição política do seu governo em acionar

menos “os instrumentos excepcionais de que o Governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem”. No entanto, deixou claro que não admitiria pressões para apressar o processo:

Tais pressões servirão, apenas, para provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo da lenta, gradativa e segura distensão, tal como se requer, para chegar-se a um clima de crescente polarização e radicalização intransigente, com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora. (Brasil, 1974c)

Os “sinceros esforços” do governo para o “gradual e seguro aperfeiçoamento democrático”, para a “institucionalização objetiva e realista do ideário da Revolução de 64” e o processo de lenta, gradativa e segura distensão” são as palavras proferidas por Geisel para exprimir a fórmula que ficou mais conhecida como “abertura lenta, gradual e segura”. Estes “esforços” foram fruto das conversas de Geisel e Golbery ao longo do ano de 1973 para um quadriênio que se mostrou muito mais complexo, assim como seu governo. A pergunta elaborada por Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, em 1997, à Geisel já apresentava a fórmula: “Como nasceu o projeto de abertura e distensão?” (D’Araújo; Castro, 1997, p. 263). É também sobre esse projeto que se debruçam os historiadores aqui analisados, buscando compreender o “começo do fim” da ditadura.

Governo Geisel e Anistia (1974-1979)

Como apresentado anteriormente, o governo Geisel marca o início dos debates e planejamentos para uma “distensão”, ainda que o projeto desenvolvido e implementado pelo presidente possa ser entendido a partir de diferentes perspectivas.

O historiador Marcos Napolitano³, por exemplo, critica a memória liberal que foi construída sobre Geisel e seu governo, a qual entende que a chegada de Geisel delineia um projeto retilíneo de transição e abertura, conduzindo, pelo alto, uma política deliberada e autoconsciente de governo. Ademais, aponta como reduzir os estudos aos termos “distensão-abertura-transição” não é suficiente para dar conta da complexidade do processo em marcha. Assim, Napolitano propõe tratar desse período a partir do conceito de “institucionalização” do regime.

³ Professor Titular de História do Brasil Independente da Universidade de São Paulo (USP). Em sua dissertação de mestrado analisou os movimentos sociais de rua entre 1977 e 1984 (Napolitano, 2002). Posteriormente, em sua tese de titular, fez um estudo da vida cultural brasileira durante a ditadura militar (Napolitano, 2017).

Ele usa esse conceito para definir o projeto dentro da concepção palaciana, para a qual, até 1977, a “abertura” era sinônimo de institucionalização da exceção, de uma descompressão restrita e tática e de, nas palavras do autor, uma “retirada para os quartéis *sine die*” (Napolitano, 2014, p.234), ou seja, sem fixar uma data futura. Teria se buscado institucionalizar o regime, isto é, teria se feito todo um planejamento estratégico para economizar na violência direta e explícita, buscando legitimação institucional. O sonho dos militares, de acordo com Napolitano, era um regime com um partido oficial hegemônico, chancelado pelo voto, majoritariamente civil e um Estado blindado contra “crises”. Ou seja, a procura por um rearranjo institucional e pelo diálogo seletivo com a sociedade civil não significaria, necessariamente, um retorno de fato à democracia.

Nessa perspectiva, Napolitano divide o longo período desde a posse de Geisel em dois momentos distintos. Um, de 1974 a 1977, entendido por ele não ainda como uma abertura, mas uma tímida distensão. O autor destaca alguns pontos de maior relevância, sobretudo as eleições de 1974: ocorridas com relativa liberdade de debate, o resultado garantiu ao MDB (partido de oposição permitida) mais de $\frac{1}{3}$ do Congresso, o que lhe dava capacidade de dificultar o projeto de institucionalização do regime previsto pelo governo. Até meados de 1977, tal projeto, de acordo com Napolitano, teria sido marcado pela seguinte estratégia:

(...) abrir espaços institucionais e canais de diálogo com vozes seletivas e autorizadas, sem necessariamente abrandar a repressão à esquerda e aos movimentos sociais como um todo. (Napolitano, 2014, p. 251-252)

O outro momento, iniciado em 1977, reafirmado em 1978 e estendido até o fim do regime, marcado por uma efetiva agenda de abertura. A diferenciação entre eles seria, de acordo com o autor, a pressão das ruas. Assim, a partir de 1978, já com a pressão das ruas e dos movimentos sociais, mas também do próprio sistema político (nesta ordem), a abertura se transformou em um projeto de transição democrática a longo prazo.

Portanto, para Napolitano, o projeto da dupla Geisel-Golbery pode ser lido na mesma chave enunciada por Maria Helena Moreira Alves: da institucionalização da ditadura - palavra utilizada pelo próprio Geisel no discurso de agosto de 1974 – mas sobre a qual a pressão da sociedade civil exerceu influência a ponto de transformar o ideário inicial num projeto de transição democrática a longo prazo.

Já Rodrigo Patto Sá Motta⁴, diferentemente de Napolitano, não divide o longo período desde o governo Geisel em dois momentos distintos. Motta opta por adotar marcos diferentes em sua categorização. Aponta que, na época, os agentes usavam diversas expressões de forma indiscriminada: “distensão”, “abertura”, “institucionalização”, “liberalização” e “descompressão”. Apresenta que, depois da ditadura, convencionou-se chamar de “distensão” o período entre 1974 e 1979, e de “abertura” o período entre 1979 e 1985.

Assim, usa “distensão” para referir-se especificamente ao que entende como a estratégia política do governo Geisel, o qual teria buscado criar um ambiente político menos opressivo, cultivando a sensação de que o regime iria se amenizar. O autor discorda da ideia de que a ditadura teria sido obrigada à distensão, pois analisa que foi uma escolha política. Tampouco acredita ter sido a força da oposição que impulsionou a distensão, mas justamente o contrário: sua fraqueza teria elevado a autoconfiança daqueles no poder. Também argumenta que o processo não começou nem por pressão política dos Estados Unidos nem pela situação econômica, ainda que o esgotamento do modelo econômico tenha estimulado a abertura política, procurando outro caminho para se legitimar (Motta, 2021, p. 247-248). Segundo Motta, a distensão buscava manobrar e absorver as pressões vindas de diferentes setores do espectro político. Ao mesmo tempo que tentava evitar o afastamento dos setores liberais e garantir seu apoio, tentava oferecer ânimo à oposição moderada para que ela se mantivesse no jogo político (entregando mais poder aos civis), além de controlar melhor os “porões” da ditadura para evitar divisões internas entre os militares. Ademais, o governo estava confiante quanto à aceitação popular, o que foi colocado à prova logo depois. Por fim, cabe destacar que, para Motta, mais do que democratizar o país, o objetivo era “institucionalizar a ditadura e garantir sua estabilidade” (Motta, 2021, p. 253).

Todavia, ainda que a ideia original de Geisel quanto à distensão fosse dar mais estabilidade e maior duração ao regime, Motta alega que as “ações de oposição e de resistência, bem como os efeitos da crise econômica, reduziram a capacidade do governo de controlar o processo” (Motta, 2021, p. 273). Dentre os impactos causados para além dos planos do governo, vale citar o alarme gerado pelo resultado das eleições de 1974, positivo para a oposição, que teria levado a uma freada no ritmo da distensão e um aumento da repressão em 1975 e 1976. Mas dois anos depois, em 1978, a distensão teria ganhado efetividade: num ambiente mais favorável, os operários (com destaque para os

⁴ Professor titular de História do Brasil República da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Dentre suas pesquisas destaca-se o trabalho sobre as universidades e o regime militar, onde busca delinear os pilares da cultura política brasileira (MOTTA, 2014).

metalúrgicos do ABC paulista) aproveitam para entrar em greve e fazer demandas, às quais o governo teria reagido de forma moderada.

Ao analisar todos esses processos e acontecimentos, Motta traz um conceito central em seu entendimento da ditadura: o de cultura política⁵. Nesse sentido, dialoga com autores como René Rémond (2003), que considera a cultura política como um “poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo” que “resume a singularidade de comportamento de um povo”, e Serge Bernstein (2009), que a define como “sistema de representações” que explica os atos e comportamentos de atores políticos e dos cidadãos. Para Motta, o processo de distensão gradualista insere-se nas tradições da cultura política dominante no Brasil. Ela teria permitido uma “acomodação das forças em disputa para evitar choques graves” (Motta, 2021, p. 254) que pudessem colocar o sistema de dominação e a ordem econômica em risco.

Nessa perspectiva, o processo que culminou na Lei de Anistia de 1979 também teria sido marcado por essa tendência à acomodação. Segundo Motta, apesar do protesto de um setor da oposição, a acomodação teria prevalecido no processo de anistia, sobretudo envolvendo as elites políticas e sociais, unindo-as e pavimentando uma “rota suave” para a saída da ditadura.

Logo, Motta examina o projeto da dupla Geisel-Golbery com base na concepção de distensão, a qual teria sido uma escolha política. Como Napolitano, entende que a pressão da sociedade civil transformou o ideário inicial, mas dá destaque à ideia de que a distensão se insere nas tradições da cultura política dominante no Brasil, marcadas pela tendência à acomodação. Neste sentido, embora o termo seja o mesmo utilizado por Alfred Stepan, a interpretação de Motta é diferente daquela do cientista político.

Outro autor que estuda o tema da transição é o historiador Carlos Fico⁶, o qual, ao debruçar-se sobre o governo Geisel, argumenta que houve diferentes tentativas de institucionalização do regime desde o governo Castelo Branco, mas teria sido somente o projeto de institucionalização de Geisel que teve sucesso. Fico, com base nos argumentos da pesquisadora Suzeley Kalil Mathias, sustenta que o projeto de Geisel não teria surgido do nada, e sim a partir de demandas anteriores tanto da oposição quanto da ARENA, o partido governista. Também teria sofrido pressões para que aqueles setores

⁵ O conceito de “cultura política” sofreu críticas importantes de autores como Marcelo Badaró Mattos, Demian Bezerra de Melo, Marcelo Ridenti e Carlos Fico. Em artigo da revista Tempo e Argumento, Fico faz críticas a Motta, as quais foram respondidas por esse último em um texto na própria revista, em edição posterior.

⁶ Professor titular de História do Brasil República da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Dentre seus trabalhos destacam-se “Como eles agiam” (2001).

envolvidos com a repressão política e a ditadura não fossem julgados (Mathias, 1995, p. 62, 65 e 68, *apud* Fico, 2017, p. 65).

De acordo com Fico, os projetos de institucionalização baseavam-se na constitucionalização por meio de salvaguardas, as quais buscavam tornar o Estado de Sítio e outros instrumentos parecidos mais rigorosos e que tinham a intenção de substituir os mecanismos de controle social previstas nos Atos Institucionais excepcionais (AIs). A diferença entre Geisel para Castelo Branco ou para Costa e Silva teria sido apenas o fato de ele ter sido bem-sucedido. Assim, com a Emenda Constitucional de outubro de 1978, Geisel não só extinguiu os atos de exceção, como estabeleceu essas salvaguardas: o Estado de Emergência e as Medidas de Emergência. Tais salvaguardas vigoraram até a Constituição de 1988 (Fico, 2017, p. 64).

Além disso, analisa também o processo de anistia e a lei de 1979. No caso da anistia, Fico explicita a necessidade de diferenciar a campanha da lei. A mobilização popular em prol de uma anistia “ampla, geral e irrestrita” sucumbiu frente à Lei da Anistia, que não só excluiu todos aqueles condenados por terrorismo, assalto, sequestro e atentando, como também implementou o chamado perdão aos torturadores. A lei, em conjunto com o fim do bipartidarismo, era uma forma de o governo manter o controle sobre a abertura política e de enfraquecer a oposição, fragmentando-a. Desse modo, a lei foi uma autoanistia que, no entender de Fico, tornou-se a principal cláusula da transição democrática e consagrou a impunidade (Fico, 2010, p. 318-333).

Em suma, Fico discorda dos autores que sustentam que o projeto inicial de Geisel teria sido modificado pela pressão da sociedade (Fico, 2017, p. 65). Geisel teria sido capaz de lidar com as manifestações da sociedade que clamava pelo retorno à democracia, as quais não teriam nem originado as principais pressões sofridas pelo governo em relação a abertura (Fico, 2012, p. 31), quando comparadas com os tensionamentos frente à direita radical, sobretudo a extrema-direita militar. Ele sustenta que o projeto inicial de Geisel estava delineado desde o início de seu governo, precisando apenas negociar reformas e os limites do seu projeto.

Dessa forma, Fico, assim como Napolitano e Maria Helena Moreira Alves, trabalha com o conceito de institucionalização do regime. No entanto, considera que houve diferentes tentativas de institucionalização do regime desde Castelo Branco, e que o projeto de Geisel foi só o que teve sucesso. Ademais, em oposição a Napolitano e Motta, Fico argumenta que a pressão da sociedade civil não foi capaz de mudar os rumos do projeto de distensão.

Outro autor que reflete sobre o assunto é o historiador Daniel Aarão Reis⁷. Em primeiro lugar, vale destacar que, diferentemente dos autores anteriormente analisados, Aarão Reis prefere usar a nomenclatura “ditadura civil-militar”, ao invés de apenas “militar”. A defesa de tal natureza “civil-militar” do regime baseia-se na ideia de que haveria certa cumplicidade da sociedade brasileira com a ditadura, que teria sido construída com base também no apoio e no consenso da sociedade civil (Reis, 2010).

No que concerne à abertura política, o historiador afirma que a ditadura, encerrou-se no início de 1979, quando deixaram de ter vigência os atos institucionais (AIs), ou seja, não existiriam mais os instrumentos de exceção típicos de um regime ditatorial. Assim, de acordo com Aarão Reis, ainda não havia democracia, mas também não havia mais ditadura (Reis, 2018). Considerando que o autor também afirma que a ditadura *de facto* começou apenas em 1968, ela teve, em seu entendimento, 11 anos de duração, em contraste com os 21 anos mais amplamente aceitos pela historiografia.⁸

Em sua análise do governo Geisel, ele explicita que as alternativas revolucionárias de esquerda já haviam sido liquidadas e considera que foi um período no qual houve uma retomada do que chama de “cultura política do nacional estatismo”. Para Aarão, essa retomada uniu direitas e esquerdas moderadas, num processo que teria levado, dessa forma, à restauração da democracia (Reis, 2018, p. 278).

Um dos marcos no processo de abertura política, a Lei da Anistia, de 1979, recebe bastante atenção do autor, que a considera um “pacto de sociedade” (Reis, 2010, p. 172). Para ele houve um consenso, ainda que não uma unanimidade: o que prevaleceu foi, por isso, uma lei restritiva, e não o projeto de uma anistia ampla, geral e irrestrita, com o desmantelamento da polícia política e o julgamento dos torturadores. De acordo com o autor, essa proposta “não empolgou as gentes” (Reis, 2010, p. 172). A lei aprovada foi, na visão de Aarão Reis, marcada por três silêncios: Sobre a tortura e os torturadores, sobre o apoio da sociedade à ditadura e sobre as propostas revolucionárias de

⁷ Professor titular aposentado de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense. Dentre seus trabalhos destacam-se: A revolução faltou ao encontro (1990).

⁸ Um historiador que traz uma visão próxima à de Daniel Aarão Reis quanto a essa questão é Marco Antônio Villa. Em seu artigo “Ditadura à brasileira”, publicado na *Folha de São Paulo* em 2014, por ocasião dos 50 anos do golpe, argumenta que não é possível chamar o período entre 1964 e 1968 de ditadura, devido à toda movimentação político-cultural. Tampouco seriam de regime ditatorial os anos entre 1979 e 1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições para os governos estaduais em 1982. Villa reverbera, assim, uma memória conservadora a respeito da ditadura e da abertura, tendo ganhado algum espaço no debate público. No entanto, é pouco considerado no debate historiográfico

esquerda. Esse teria sido um triplo esquecimento que vertebrou um pacto de sociedade e viabilizou a anistia (Reis, 2010, p. 176).

Portanto, Aarão Reis aborda o processo a partir da chave da “transição democrática”, sem aprofundar-se em subdivisões analíticas, como Napolitano e Motta. O autor traz, como parte crucial de sua argumentação, a proposta de uma nova periodização: a transição teria começado com a revogação das leis de exceção em 1979 (quando, em seu entendimento, a ditadura terminou) e acabado com a aprovação da Constituição de 1988. Este autor, portanto, apresenta discordâncias e contraposições com outros pesquisadores, sobretudo os da última linha argumentativa a ser analisada no artigo: a de viés marxista, com destaque para os estudos de Renato Lemos.

Lemos⁹ compõe uma linha marxista da historiografia sobre a ditadura, muito influenciada também pelas obras do historiador uruguaio René Armand Dreifuss¹⁰. Em seu livro, o cientista político trata o período como um processo de transição de regime político, mas, quando se ocupa do processo do ponto de vista dos dirigentes do regime, utiliza o termo “distensão” para se referir às medidas de “descompressão política” adotadas no governo Geisel, e “abertura política” para as medidas adotadas pelo governo Figueiredo (Lemos, 2018). Na avaliação de Lemos, é no governo Geisel que começa um processo de “descompressão”, sob um grupo restrito no interior do regime.

Tal “descompressão”, de acordo com Lemos, baseou-se fortemente nas ideias de Samuel Huntington¹¹, influente cientista político conservador estadunidense. Isso porque, em colaboração com o governo brasileiro, Huntington teria elaborado estratégias para garantir a manutenção das “posições dominantes do bloco no poder construído no Brasil a partir de 1964” (Lemos, 2015, p. 561), ainda que sob um novo e reestruturado sistema político. Para Lemos, as diretrizes de Huntington teriam sido seguidas rigorosamente pelos governos Geisel e Figueiredo.

Essa “descompressão” proposta por esse pequeno grupo interno ao regime pode ser entendida como busca pela “própria ampliação por meio da incorporação de setores oposicionistas” (Lemos, 2015, p. 576), mas também como um processo de desmilitarização e democratização do governo. Lemos aponta que, no governo Geisel, de fato houve a construção de canais para a representação de

⁹Professor titular do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Destaca-se seu trabalho sobre a Anistia (2018).

¹⁰Esta linha historiográfica é comumente denominada de “dreifussiana”. Dentre as obras mais influentes de Dreifuss, destacam-se: “1964: A Conquista do Estado”, “Seguiram-se a Internacional Capitalista” e “O Jogo da Direita na Nova República”.

¹¹Huntington é especialmente famoso por sua teoria do chamado “choque de civilizações”. Ver: HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, 455 p.

outros grupos sociais no governo, ao mesmo tempo em que os militares não foram deslocados de todos os papéis políticos por eles desempenhados. Essa inclusão seria parte ativa da descompressão, caracterizada por “medidas que viabilizariam a incorporação de setores oposicionistas moderados” (Lemos, 2015, p. 580) voltados para a defesa de liberdades civis.

No entanto, o que Lemos faz questão de destacar é o fato de que essa política de descompressão está ligada a uma conjuntura percebida como de crescimento econômico. Para o autor, em convergência com o pensamento de Patto, ainda não era evidente que o chamado “Milagre brasileiro”¹² se esgotava e, portanto, não faria sentido relacionar as mudanças políticas à crise econômica nacional ou internacional. Seria necessário situar a questão da transição numa escala de tempo mais ampla (Lemos, 2015, p. 560).

Lemos, assim como Napolitano, critica a memória produzida da figura de Geisel, colocado como parte de uma “linha mais humana” da ditadura. Para tanto, ressalta como o apoio e a colaboração de Ernesto Geisel ao golpe no Chile em 1973 não são necessariamente contraditórios em relação à imagem do general como o “propulsor da abertura democrática” no Brasil. Isso porque o objetivo último seria a defesa dos interesses do capital, a qual pode se dar tanto na construção de um regime mais democrático, no caso brasileiro, quanto na implantação de uma ditadura, no caso chileno (Lemos, 2012).

Logo, o suposto descompasso entre os dois países (um entrando numa ditadura enquanto o outro começa a preparar uma abertura política) seria apenas aparente, pois ambos buscavam o aprofundamento do capitalismo na região e a defesa dos interesses da classe dominante (Lemos, 2012). No Brasil, por meio de uma abertura política que mantivesse a “ordem” e as condições para a acumulação de capital, ao mesmo tempo em que buscava superar os obstáculos, críticas e denúncias, tanto nacionais quanto internacionais, devido à adoção de métodos jurídicos de exceção ou violentos. No Chile, através da implementação de um regime autoritário e violento visando à erradicação das forças consideradas anticapitalistas ou nacionalistas radicais e o controle da luta de classes.

Quanto à Lei da Anistia, Lemos argumenta que as anistias são um “instrumento da contra-revolução preventiva no contexto de crises políticas” (Lemos, 2002, p. 289), tornando mais fácil para

¹² O chamado “milagre brasileiro” ou “milagre econômico” é o nome pelo qual ficou conhecido um período de rápido crescimento econômico que ocorreu entre 1968 e 1973, marcado por altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Todavia, como destaca Melo (2014, p. 173), tal milagre baseava-se na “super-exploração de uma classe trabalhadora cujos níveis de renda já vinham sofrendo uma deterioração significativa”

o bloco dominante dividir a oposição e facilitando a união interna do bloco dominante ao redor da defesa e um interesse comum. Nesse caso, especialmente a reunificação dos setores militares ao redor do medo do “revanchismo” da esquerda. Além disso, não só a lei de 1979 teria sido responsável pela anistia jurídica, mas o “espírito de reconciliação” e a ideia de que os problemas do passado são um patrimônio usufruído de modo igualitário por todos os brasileiros teria anistiado eticamente os que sustentaram a ditadura. (Lemos, 2002, p. 305)

Enfim, Lemos parte da premissa teórica que trata esse momento como o de um processo de transição de regime político. Ele estuda o projeto de Geisel e Golbery com base no conceito de “descompressão”, inserido no cenário político brasileiro pelo cientista Samuel Huntington. A descompressão seria uma forma de modificação das formas de dominação que teria como objetivo fundamental a garantia da estabilidade política para garantir o que se entendia como “desenvolvimento econômico” do país.

Governo Figueiredo, Diretas Já e a Constituinte (1980-1988)

Quanto ao processo de abertura propriamente dito, Napolitano aponta que, com a crise econômica e o desemprego no começo dos anos 1980, os sindicatos, depois das greves do ABC, teriam ficado mais na defensiva devido à queda em seu poder de barganha. Assim, ainda que a oposição parecesse unida em 1978 e 1979, o autor avalia que três momentos decisivos marcaram sua fragmentação: a Lei de Anistia, a reforma partidária e a volta das eleições diretas para governadores.

A partir de 1982, o historiador da USP argumenta que o processo final da transição foi hegemonizado pelos liberais em negociação com os militares. Enquanto os primeiros conseguiram um processo sem mudanças abruptas no modelo econômico, os últimos conseguiram escapar do que chamavam de “revanchismo”: a investigação das graves violações dos direitos humanos pelo regime.

O autor também comenta o movimento das Diretas Já¹³, apontando como, no começo de 1984, as ruas estavam tomadas pelo “furor cívico” da campanha. A questão gerou conflitos internos ao

¹³ O movimento das Diretas Já, ocorrido nos anos de 1983 e 1984, foi um movimento político suprapartidário com ampla participação popular em protestos e comícios ao redor do país, incluindo políticos, artistas e líderes sindicais. Ele tinha como objetivo a retomada das eleições diretas ao cargo de presidente da República no Brasil, defendendo a aprovação da chamada “emenda Dante de Oliveira”. Apresentada pelo parlamentar que a nomeia, Dante de Oliveira (PMDB-MT), propunha o fim do Colégio Eleitoral e o retorno das eleições diretas para presidente e vice-presidente para as eleições seguintes, previstas para 1985. No entanto, a emenda não alcançou os necessários 2/3 dos votos na Câmara dos Deputados e foi rejeitada. As eleições presidenciais de 1985 foram indiretas e resultaram na eleição de Tancredo Neves (PMDB).

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)¹⁴: por um lado, a pauta foi encabeçada por nomes de destaque no partido, como Ulysses Guimarães, por outro, a ala dos “moderados” defendia uma negociação com o regime. O partido acabou adotando uma estratégia dupla: ir às ruas pelas diretas, mas mantendo a negociação palaciana e parlamentar. Com a derrota no Congresso da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente, a ala “tancredista” teria buscado unificar o partido em torno da opção pelo Colégio Eleitoral. (Napolitano, 2014, p. 306-308).

Por fim, vale destacar que, para Napolitano, a ditadura acabou em 1985, momento em que também surge a chamada Nova República, com a eleição indireta de Tancredo Neves (que não chegou à presidência, devido à sua morte prematura) e a posse do primeiro civil depois de mais de duas décadas: José Sarney, descrito por Napolitano como “um presidente imprevisto, tutelado pelos militares, mas que prometia recuperar as liberdades democráticas plenas e instaurar um processo constituinte.” (Napolitano, 2014, p. 312).

Desse modo, Napolitano compreende que a mobilização popular foi fundamental no processo de abertura política, ainda que a transição tenha permanecido dentro dos marcos desejados pelos militares. Argumenta que o período foi marcado pela fragmentação da oposição frente à ditadura e pela hegemonia dos liberais na transição, com a dupla jogada política do MDB cuja negociação com a caserna venceu. A consequência é que, mesmo com o fim do regime, o primeiro presidente civil, Sarney, foi tutelado pela caserna.

Já Rodrigo Motta aponta como a campanha pelas eleições diretas teria originado uma frente ampla de oposição, reunindo lideranças de esquerda e de centro, sindicalistas, intelectuais, artistas e parte minoritária da grande imprensa. Além disso, as eleições para governador de 1982 e o movimento Diretas Já, iniciado em 1983 com comícios reunindo dezenas de milhares de pessoas, teriam marcado o retorno dos cidadãos às ruas (Motta, 2021, p. 287 e 294).

No entanto, para o historiador da UFMG, esse segundo momento explicita ainda mais a tendência à acomodação da cultura política brasileira. Concretizando seu discurso de conciliação, diferentes segmentos da elite resolveram suas disputas a partir de negociações entre si, evitando a ampliação da participação popular nos processos decisórios. Para Motta, isso fica explícito no tratamento dado aos partidos comunistas, que, além de terem militantes, dirigentes e parte de seus comitês centrais assassinados ao longo da ditadura, precisaram esperar até o fim do regime para sair

¹⁴ Com o fim do bipartidarismo e a reforma eleitoral, o PMDB é fundado em 1980 para dar continuidade ao antigo MDB, o partido da “oposição consentida” à ditadura

da clandestinidade. Logo, o objetivo do fim do bipartidarismo não era a construção de um pluralismo político.

A transição lenta teria possibilitado uma acomodação entre os ex-apoiadores do regime e a antiga oposição, desestimulando iniciativas de punição e/ou julgamento, como também demonstra Napolitano. Isto é, liberalização sem radicalização nem democratização real. Tal processo enquadraria-se numa cultura política marcada por uma tradição conciliatória e de negociação/acomodação entre setores da elite para evitar qualquer distúrbio da “ordem”.

Para Motta, portanto, o fim da ditadura amparou-se na concretização dos discursos pela conciliação que já vinham sendo proferidos por parte da elite durante alguns anos. Diferentes segmentos da elite teriam passado a negociar para evitar que suas disputas levassem à participação popular ou a mudanças sociais significativas, o que o autor considera uma velha fórmula integrada na cultura política do país desde o século XIX. Assim, a oposição derrotou o regime militar, mas de maneira incompleta, por meio de uma saída suave, uma transição negociada (ou, nos termos do autor, uma “conciliação”). Evitou-se uma ruptura com o legado da ditadura, como nota-se pelo fato de que muitos quadros que atuaram no período continuaram no poder e de não ter havido prestação de contas pelos militares. Surgia, assim, nos termos de Motta, uma “‘nova’ República tutelada pelos quartéis e incapaz de enfrentar o legado do regime autoritário.” (Motta, 2021, p. 273).

Logo, Motta, em sua análise do que se refere como “abertura” (1979-1985), aprofunda sua argumentação com base no conceito de uma cultura política brasileira baseada na acomodação. A transição, a seu ver, foi lenta e marcada por uma tradição conciliatória entre os setores da elite: os que apoiaram e os que se opuseram ao regime. Assim, foi uma transição sem radicalização nem democratização real, a qual levou a uma Nova República caracterizada pela tutela militar, como também considera Napolitano.

Carlos Fico, no caso da campanha para eleições diretas para presidente, aponta que, apesar da enorme mobilização e do impacto da campanha, a mesma foi derrotada com a escolha pela eleição indireta para a presidência. Seguiu-se o planejamento dos militares, culminando na escolha de Tancredo Neves como o primeiro presidente civil a ocupar o cargo depois de mais de duas décadas. Não bastasse essa derrota, o historiador afirma que a morte inesperada de Tancredo Neves, seguida da posse de seu vice, José Sarney, teria enfatizado o “caráter frustrante do projeto” (Fico, 2010, p. 31).

Assim, ao analisar dois pontos cruciais da abertura política - primeiro a campanha pela anistia e a lei aprovada em 1979, e depois a campanha das Diretas Já, pelas eleições diretas para presidente - Fico considera que ambos teriam sido marcados por um caráter frustrante, culminando em dois anticlímax (Fico, 2012, p. 31). Portanto, sua análise e interpretação sobre o período de abertura e o processo de redemocratização tem como eixo central a chave analítica da “frustração”.

Essa “história incômoda”, como ele a chama, seria encoberta por uma memória confortável, baseada na ideia de que a resistência democrática teria sido capaz de exercer uma pressão significativa e saído vitoriosa. No entendimento do autor, o que se deu foi o contrário: o projeto de abertura foi cumprido integralmente como imaginaram Geisel e seus assessores. Não afirma que a resistência democrática foi desimportante, e sim que ela teve um papel considerável na configuração da democracia atual brasileira.

Contudo, no tocante à abertura política, Fico sugere que “o projeto de Geisel estava delineado desde o início de seu governo e previa todas essas etapas, sendo as mais importantes a autoanistia, o enfraquecimento do MDB com o fim do bipartidarismo e a escolha de novo presidente militar por via indireta.” (Fico, 2017, p. 65). Ou seja, diferente de Motta e Napolitano, que afirmam que a atuação da oposição teve um impacto significativo na redução do controle do governo sobre o processo de abertura, Fico argumenta que a pressão social não teria sido capaz de mudar o projeto original, e a saída do regime teria sido controlada pelos militares.

Daniel Aarão Reis também se debruça sobre o processo de redemocratização, com especial destaque para a Constituição de 1988, a qual entende que encerrou a longa transição à democracia e instaurou um novo Estado de direito. Ou seja, para ele, o processo de redemocratização só foi de fato concluído em 1988, três anos após o marco da posse de Sarney em 1985. Em seus comentários relativos à Constituição, Aarão afirma que ela foi profundamente marcada pelas tradições nacional-estatistas (retomadas, no seu entender, pelo governo Geisel e ligadas à restauração da democracia), centralistas e verticais. O texto mesclaria liberdades democráticas e direitos sociais a um conservadorismo em questões econômicas e financeiras, deixando intacto o sistema econômico desigual vigente.

No entanto, o que recebe a maior ênfase em sua análise é o que denomina de um “Estado hipertrofiado” (Reis, 2018, p.293), no qual destaca seu forte intervencionismo e uma mal disfarçada tutela das Forças Armadas. Para o historiador, essas seriam características presentes desde o Estado Novo (1937-1945) e reforçadas nos últimos governos da ditadura (Reis, 2018, p. 291). Traça, com isso, uma análise mais ampla do que ele entende como características da política do Brasil Republicano,

inserindo a política praticada na ditadura, como Motta, numa “longa duração” de certas características presentes na política brasileira.

Ao voltar-se para a Constituição e a Nova República, o autor afirma que são marcadas por características já antigas do Brasil Republicano: um “Estado hipertrofiado” e uma tutela das Forças Armadas, esta última sendo ressaltada também, como já visto, por Napolitano e Motta.

Já para Renato Lemos, a transição que os militares buscavam preparar não era necessariamente para um regime qualitativamente diferente, mas um que, sob nova roupagem, incorporasse novas forças políticas e mantivesse a tutela militar. Ao seu ver, não é possível ignorar sua natureza conservadora e burguesa, pois o sentido básico da transição teria sido preservar as condições da dominação política de uma classe social absolutamente desprovida de vocação transformadora (Lemos, 2002, p. 293 *apud* Lemos, 2018, p. 26).

Portanto, na interpretação de Lemos, a transição brasileira foi uma transição negociada que não visava um regime qualitativamente diferente, e sim uma outra forma que incorporasse novas forças, sob tutela militar. Assim, a transição serviu como forma de sobrevivência das diferentes frações das classes dominantes sem vocação transformadora, que buscavam preservar suas condições de dominação política.

Considerações finais

Nota-se, portanto, como todos os autores analisados, em suas interpretações, examinam a relação entre Estado e sociedade para pensar a ditadura e o processo da “lenta, gradativa e segura distensão”. A maioria, dando destaque à atuação da sociedade na pressão por mudanças e redemocratização. Todos, por diferentes vias, coadunam que havia um projeto de perpetuação dos militares no poder e que, para isso, teriam que ceder espaço para atores políticos liberais. E, neste sentido, o projeto da dupla Geisel-Golbery é interpretado principalmente a partir das matrizes estudadas na Ciência Política, já citada.

Também são unânimes em dizer que a abertura política foi negociada pelos atores liberais com a caserna, o que proporcionou, em 1985, tanto a saída dos militares quanto um processo constitucional em que os mesmos tiveram controle, ainda que encabeçado por um civil. Houve uma série de transformações, principalmente de cunho social, e a promulgação de uma Constituição que permitiu a

continuidade de inúmeras questões administrativas e, sobretudo, relacionada aos militares. O resultado, inegável e apontado em todos estudos, é que o modelo econômico vigente continuou vigorando.

Nesse sentido, as interpretações e nomenclaturas variam quanto ao período correspondente ao governo Geisel e não há um consenso quanto à qual nomenclatura seria adequada descrevê-lo. Tais diferenças são, também, fruto também das distintas orientações teóricas dos autores. Já o governo de João Figueiredo é apresentado como de “abertura” política. Seria possível pensar este período em outra chave de análise? Qual a cronologia que podemos usar para a longa transição ou redemocratização do Brasil? Quais os termos a serem utilizados? Uma história conceitual do político poderia ajudar nestas análises.

Mesmo que todas as obras aqui citadas sejam trabalhos de relevância acerca do regime militar, ainda existe espaço para estudos mais aprofundados empiricamente. É bem verdade que, nos últimos anos, houve um aumento de teses e dissertações que abarcam a década de 1970 a partir de diferentes perspectivas e recortes. Da mesma maneira, cresceram os trabalhos que têm procurado analisar “a ditadura no pós ditadura”, fruto direto do “momento CNV”¹⁵ e do presente brasileiro. No entanto, os anos 1980 restam relativamente menos pesquisados.¹⁶ Além de temas mais próximos à política, seriam bem-vindas pesquisas ressaltando aspectos culturais, econômicos e sociais do período.

Assim, alguns temas ou questões merecem maior atenção, como as próprias ações do Executivo e também as do Legislativo, bem como a relação entre estes.¹⁷ Há poucas informações sistematizadas acerca do fechamento do Congresso em 1977 e os efeitos do pacote de abril. Se os autores aqui citados mostram que a estratégia militar de acabar com o bipartidarismo era enfraquecer a oposição, estudos mais aprofundados sobre os partidos políticos, criados a partir de 1979, e suas atuações na conjuntura dos anos de 1980 podem contribuir para fortalecer a assertiva, particularmente

¹⁵ Para Muller (2024) O “momento CNV”, pode ser compreendido pelo período que se estende desde a criação da Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527-11) e daquela que criou a Comissão Nacional da Verdade (lei nº 12.528-2011), em 2011, até a entrega do Relatório final da CNV em dezembro de 2014. Neste “momento” estão sendo percebidos o conjunto de ações, personagens e movimentos, incluindo as atividades de todas as outras comissões que foram criadas no período, que trabalharam em prol da justiça transicional do nosso país.”

¹⁶ Reconhecendo-se as limitações de um levantamento exclusivamente quantitativo, encontrou-se, no Banco de Teses da CAPES, sobre a ditadura militar:

- a) 17 dissertações e 3 teses que usam o termo “distensão”
- b) 63 dissertações e 28 teses que usam o termo “transição”
- c) 21 dissertações e 5 teses que usam o termo “abertura”
- d) 40 dissertações e 9 teses que usam o termo “redemocratização”

¹⁷ Nesse caso, vale pontuar que o historiador Renato Lemos realizou um ótimo levantamento acerca dos debates e das propostas parlamentares relativos ao tema da Anistia em seu livro *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. No entanto, muitos outros temas ainda não foram mapeados.

a atuação complexa do MDB quanto ao debate sobre eleições diretas ou indiretas para a presidência da República em 1985. As pesquisas sobre as pautas, disputas e consequências da Assembleia Constituinte (1987-1988), que tem começado a despontar recentemente¹⁸, também merecem ser aprofundadas e incentivadas.

É necessário pesquisar mais a fundo as relações internacionais do Brasil nesse período, com destaque sobretudo para os laços com os Estados Unidos, devido sua influência política e econômica no país enquanto potência capitalista, mas também analisar o posicionamento brasileiro frente às ditaduras vizinhas no Cone Sul e mesmo aos governos recém-independentes logo reconhecidos pelo governo em sua Política Externa Independente (PEI), como Angola e Moçambique. Da mesma maneira, uma chave pouco utilizada em nossa historiografia é entender nossa política doméstica pelas lentes diplomáticas de outros países.

Embora os movimentos sociais nos anos de 1970 tenham estudos de destaque, seria uma contribuição importante pesquisar com mais profundidade os movimentos grevistas da década de 1980. Muito se explorou e discutiu as greves dos anos 1970, especialmente as ocorridas no ABC Paulista, que mudaram o cenário dos movimentos de trabalhadores no Brasil e alçaram à política nacional lideranças como Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Por outro lado, há menos pesquisas acerca das greves da década seguinte, muitas das quais ocorreram em universidades e institutos federais. Também vale analisar melhor o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986, apontando seu papel no contexto de abertura e redemocratização.

Dessa maneira, a transição política no Brasil foi um processo complexo e marcado por idas e vindas. Se é possível traçar um ponto de partida a partir de 1974, com os planos de Geisel e Golbery, não se pode dizer que o fim se dá com a posse de Sarney. Ainda que 1985 seja um marco importante, os militares encontraram formas de sair dos holofotes sem perder o controle, como explicita a posse de Sarney, após o falecimento de Tancredo, e seu desempenho no processo constituinte. Assim, ainda há muito o que se estudar sobre a transição política e as rupturas e continuidades entre a ditadura e a

¹⁸ Dentre elas, vale citar as desenvolvidas no Observatório do Tempo Presente da Universidade Federal Fluminense (OTP - UFF). Ver: GAMBIER, Diego. **A visão social de mundo dos militares no momento Constituinte (1985-1988)**. 2021. Monografia (Licenciatura em História). 83p. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. DE SÁ, Laís N. Gabetto. Participação da juventude no processo constituinte brasileiro (1985-1988). 2021. Monografia (Licenciatura em História). 67p. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. SANTOS, Carolina Bertassoni. Os Evangélicos e a Constituinte de 1987. In: **31 Simpósio Nacional de História - História, Verdade e Tecnologia**, 2021, Rio de Janeiro. Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico] : história, verdade e tecnologia. São Paulo: ANPUH - Brasil, 2021.

Nova República. Quais reflexos do período anterior permanecem? Vale investigar, por exemplo, que democracia é essa que vem sendo construída, como tem se dado o aprofundamento do capitalismo no país num contexto neoliberal, e qual lugar que os militares passaram a ocupar nesse período. Portanto, ainda são necessários mais estudos, pesquisas com base empírica e debates teóricos para que possa se compreender o que de fato foi a “lenta, gradativa e segura distensão”, seja como projeto, seja como ela se concretizou historicamente.

Referências bibliográficas:

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. Ditadura, anistia e reconciliação. In: **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 23, p. 171-186, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/gCspSTyRTXfzXMb6mzXND3D/abstract/?lang=pt>. Acesso em 30 jan. 2024.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. A constituição cidadã e os legados da ditadura. **LOCUS** (UFJF), v. 24, p. 277-297, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20879>. Acesso em 30 jan. 2024.

ALVES, Maria Helena Moreira. **State and opposition in military Brazil**. University of Texas Press, 1985.

BRASIL. Presidente (1974-1979 - Ernesto Beckmann Geisel). **Saudação ao Povo Brasileiro, pela televisão, após a decisão do Colégio Eleitoral**. 15 jan. 1974a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974>. Acesso em 04 mar. 2024.

BRASIL. Presidente (1974-1979 - Ernesto Beckmann Geisel). **Pronunciamento feito na primeira reunião ministerial**. 19 mar. 1974b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/03.pdf/view>. Acesso em 04 mar. 2024.

BRASIL. Presidente (1974-1979 - Ernesto Beckmann Geisel). 29 de agosto de 1974 - **Discurso feito aos dirigentes da ARENA**. 29 ago. 1974c. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/17.pdf/view>. Acesso em 04 mar. 2024.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografias. In: Cecília Azevedo et al (orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.31

DELGADO, Lucília de A. N. 1964: temporalidade e interpretações. In: Aarão Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 15-28.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado ‘perdão aos torturadores’. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, v. 4, p.318-333, 2010. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r30005.pdf>. Acesso em 30 jan. 2024.

FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Mônica. **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, p.25-38, 2012.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas [1]. **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338151136002/>. Acesso em 30 jan. 2024.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 47, p.29-60 – 2004.

FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e política política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. In: **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n.n. 5, p. 287-313, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/PvRCYJfkJSkp3YjSHdHHcNS/>. Acesso em 30 jan. 2024.

LEMOS, Renato. A anatomia da transição é a chave da anatomia da ditadura: o governo Geisel e a contrarrevolução no Cone Sul da América. In: **Esquerda Online**, 2012. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2012/11/07/a-anatomia-da-transicao-e-a-chave-da-anatomia-da-ditadura-o-governo-geisel-e-a-contrarrevolucao-no-cone-sul-da-america/>. Acesso em 29 jan. 2024.

LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. In: **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11628/8293>. Acesso em 30 jan. 2024.

LEMOS, Renato. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Consequência., 2018.

MELO, Demian. “O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão” In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia – uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 157-188

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes. O golpe de 1964 e a ditadura militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MULLER, Angélica. **Responsabilidade histórica, responsabilidade do historiador: o “momento CNV” como *turn point* da historiografia da história do tempo presente e seus novos desafios** (no prelo, 2024).

NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico*. São Paulo: Interneios/USP, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **Revista Contemporânea. Historia y problemas del siglo XX**, 2/2, 2011, 209-217.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e poder no Brasil**. Curitiba: Juruá: 2002.

RÉMOND, René. Do político. *In: _____* (org). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 450.

SIMON, Roberto. **O Brasil contra a democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul**. Companhia das Letras, 2021.

SKIDMORE, Thomas E. **The politics of military rule in Brazil, 1964-1985**. Oxford University Press, 1990.

STEPAN, Alfred C. **Os militares da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1987.